



CHARGE Padron

E-mail: padron@atribuna.com.br



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Combinação perigosa e maléfica à sociedade

Durante o mês passado, o deputado estadual Kenny Pires Mendes, o Professor Kenny (PP), passou um dia como policial militar ambiental e conheceu de perto as dificuldades dos agentes de segurança. Após viver essa experiência, o parlamentar utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa para relatar esse fato e afirmou que a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) encontrou o “crime perfeito”, pois os seus integrantes estão deixando o tráfico de drogas e assaltos a bancos para lotear áreas de preservação ambiental, “porque não dá cadeia”. “O máximo que vai acontecer é a pessoa ser chamada, vai lá na Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, recebe um auto de infração, fala que não tem para onde ir e nada acontece”, disse. Segundo Mendes, o cenário torna-se ainda mais grave quando “maus políticos” incentivam essa prática ilegal - alguns prefeitos inclusive direcionam as invasões para áreas que são de responsabilidade do Governo do Estado.



O setor privado paga e emprega melhor que o setor público, mas emprega melhor quem quer trabalhar”

João Doria (PSDB), governador

Surpresa total

O parlamentar ficou “assustado” ao tomar ciência que a Polícia Militar Ambiental (PMA) tem apenas 24 soldados para patrulhar uma área que vai de Itariri, no Vale do Ribeira, a Ubatuba, no Litoral Norte.

Prioridade

“É preciso aumentar o efetivo, ter um maior respaldo, mais equipamentos e um orçamento maior”, frisou ele, que indicou uma emenda de R\$ 200 mil para o 3º Batalhão da PMA, cuja sede fica em Guarujá.

Mudando a regra do jogo

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) apresentou, na última terça-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 67/2019, que tem o objetivo de permitir que os partidos façam coligações para as eleições proporcionais.

União faz a força

No próximo ano, as legendas não podem mais se coligar nas disputas por vagas no Legislativo, conforme previsto na Emenda Constitucional 97. Na visão do autor, essa regra prejudica o pluralismo político. “Os partidos não estão prontos para uma mudança dessa radicalidade em pleitos municipais”, explicou.

Pleito negado

O Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) indeferiu o pedido da Ecovias para a alteração contratual, para que realizasse melhorias no sistema de iluminação entre os km 62 e 69 da Rodovia dos Imigrantes.

Responsabilidade local

Em resposta à concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a agência reguladora justificou que essa é uma responsabilidade do Município, ou seja, da Administração Municipal de São Vicente.



VANESSA RODRIGUES-7/3/19

Olhar clínico

O vereador santista Benedito Furtado (PSB - foto) ficou revoltado, na última quinta-feira, após acompanhar a reforma do parque dos cães, na Praça Ribeiro de Moraes e Silva, no bairro Aparecida. Segundo ele, após 40 dias de trabalho, “absolutamente nada foi feito”.

Situação vexatória

Conforme o parlamentar, a vencedora da concorrência pública deve executar o serviço em quatro meses, mas ele crê que o prazo não será cumprido. “Só dois trabalhadores estavam por lá. Eles ficam rodando que nem peru, porque não tinham o que fazer e estavam sem material”, disse.

Malandragem?

Para Furtado, tal prática é “uma velha mania das empreiteiras que ganham licitações e não iniciam as obras, porque elas estão trabalhando em outro lugar e fazem vários serviços ao mesmo tempo”.

Nova estrutura

A Câmara de Guarujá votará amanhã o projeto de lei de uma reforma administrativa da Prefeitura. A proposta prevê a criação de 22 cargos comissionados e quatro funções gratificadas. O impacto orçamentário previsto será de R\$ 1,864 milhão neste ano e de R\$ 2,796 milhões, em 2020.



CHARGE **Padron** E-mail: padron@atribuna.com.br



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Após 16 anos, Câmara de Santos voltará a ter 4 mulheres

Nas duas próximas sessões da Câmara de Santos, o número de vereadoras no plenário Dr. Oswaldo De Rosís vai dobrar. As parlamentares Audrey Kleys (PP) e Telma de Souza (PT) terão a companhia da líder comunitária do Morro do José Menino, Ana Célia da Silva Vieira, mais conhecida como Irmã Ana, e da psicóloga e escritora Regina Alonso (ambas do PR), que atua há muitos anos no projeto Tam Tam, uma importante iniciativa de inclusão social por meio de teatro, dança, música, artes plásticas e comunicação. Essa será a primeira vez que ambas assumem a cadeira no Parlamento santista. Isso se deve aos pedidos de licença apresentados por Lincoln Reis e Sérgio Santana, que também integram as fileiras do PR. A última vez que o Legislativo santista reuniu quatro pessoas do sexo feminino em uma sessão foi em 2003, quando a Casa tinha as seguintes integrantes: Cassandra Nunes (PT), Suelly Morgado (PT), Sandra Arantes (PDT, falecida em 2006) e Luzia Neófiti (PT, morta em 2003).

Cegonha a caminho

Reis ficará ausente do Legislativo por uma semana para poder acompanhar e curtir os primeiros dias de vida de sua quarta filha, Lavinia, que nascerá nos próximos dias.

Assuntos pessoais

Já Santana, que tem o lema "sempre presente", justificou que precisará ficar distante da Câmara por alguns dias para resolver problemas particulares.

Dúvida pertinente

O vereador santista Sadao Nakai (PSDB) quis saber da Prefeitura quais as justificativas que atestaram o interesse público para a ofertada área onde será construído o centro de convenções, na Ponta da Praia. Porém, a resposta foi considerada vaga demais pelo tucano.

Fim da paciência

Na sessão da última quinta-feira, ao comentar sobre o assunto, o parlamentar manifestou grande irritação e rasgou em plenário as folhas com as respostas encaminhadas pela Administração Municipal.

SEM CHANCE. Município não segue exemplo dos demais da Baixada Santista

Velório social é a chaga de Santos

» "A lei que disciplina o serviço funerário de Santos está em revisão na Prefeitura". Essa foi a resposta 'seca', enviada à Redação, após a Reportagem questionar a demora para se colocar em discussão o velório social, benefício que traria alento às pessoas mais humildes e que se tornou uma verdadeira chaga na cidade considerada o polo da Baixada Santista e terra da caridade.

A Prefeitura de Santos prometeu há dois anos que iria analisar a Lei Complementar 712/2011, que disciplina os cemitérios municipais da cidade, e que iria considerar a pos-

sibilidade de incluir o velório como um dos serviços oferecidos pelo enterro social destinado para famílias de baixa renda. A proposta foi apresentada pelo vereador Antônio Carlos Joaquim Banha (MDB) na Câmara de Santos, após reportagem do Diário do Litoral apontar que a cidade era a única da Baixada Santista que não dispunha do serviço.

Após tramitar por oito meses no legislativo Santista (entre a Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Obras, Habitação Social, Serviços Públicos e Transporte e pela Comissão de Defe-

sa dos Direitos da Cidadania e dos Direitos Humanos), o projeto foi vetado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Dentre as razões estava o aumento nas despesas regularmente previstas na Lei Orçamentária. A Câmara manteve a decisão do prefeito, que se comprometeu a enviar um novo texto sobre a proposta.

INCONSTITUCIONAL.

Na ocasião, a Prefeitura informou que o projeto de Lei Complementar 38/2016 era inconstitucional porque a disposição sobre os serviços oferecidos pelo Município à população era uma iniciativa que cabe, exclusivamente, ao Poder Executivo. Isso porque as leis que tratam da criação, da estruturação e das atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração direta e indireta são de iniciativa privativa do prefeito.

O vereador Banha destacou que o prefeito Paulo Alexandre garantiu que representaria o PL como sendo de iniciativa do Executivo, o que não aconteceu até hoje.

DOR.

A dor da perda de um ente querido não tem distinção de classes, mas a possibilidade de se despedir de forma digna é um obstáculo a mais para as pessoas de baixa renda na Baixada Santista, onde



RODRIGO MONTALDO/ARQUIVO DIÁRIO DO LITORAL

Velório social traria alento às pessoas mais humildes de Santos

Prefeitura prometeu há dois anos que iria analisar a Lei Complementar 712/2011, mas até agora nada fez para minimizar o sofrimento de famílias carentes

as cidades possuem legislação específica que garante o enterro social.

A Prefeitura de Bertioga oferece o serviço de luto gratuito às pessoas que não têm condições de arcar com as despesas. O procedimento é realizado pela própria funerária, que entra em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, que agiliza o enterro e a documentação.

Em Cubatão, a Secretaria

de Assistência Social possui o serviço que fornece auxílio funerário às famílias que se encontram em situação de pobreza. O serviço funerário em Guarujá custa R\$ 170,19. No entanto, famílias de baixa renda podem solicitar a isenção de pagamento.

Em Itanhaém, enterros sociais são destinados às pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Mongaguá se apoia na Lei nº 1.889/200 e no Decreto 4.041/2003 para realizar os serviços funerários gratuitos. A família deve se dirigir para o Centro de Referência e Assistência Social e preencher um formulário para cadastramento. Na cidade, as duas empresas funerárias ficam encarregadas de efetuar os enterros gratuitos, trabalhando em sistema de escalas semanais.

A Secretaria de Promoção Social (Sepros) de Praia Grande garante aos moradores em situação de vulnerabilidade social o enterro social na cidade. Em Peruíbe, o serviço é destinado exclusivamente às famílias atendidas e acompanhadas pelos programas sociais.

São Vicente possui uma cota de 20 auxílios funerários gratuitos prestados pela empresa que realiza o serviço na cidade. A Administração Municipal arca com as despesas dos serviços realizados além da cota. (Carlos Rattón)



CHARGE **Padron**

E-mail: padron@atribuna.com.br

5 DIAS PARA SE EXPLICAR



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

O drama para enterrar um familiar aos fins de semana

A morte de um ente querido é um momento muito complicado para qualquer família. Em alguns casos, a dificuldade em sepultar a pessoa falecida pode virar um drama. Em Santos, a demora para a liberação do corpo pode ultrapassar 36 horas, se o indivíduo vier a óbito em um fim de semana, dificultando a realização dos velórios. Essa triste realidade foi revelada pelo vereador Braz Antunes (PSD), na última quinta-feira. Segundo ele, tal situação ocorre pelo fechamento do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) aos sábados e domingos pela falta de médicos. Atualmente, são apenas quatro contratados pelo Estado e um cedido pela Fundação Lusíada. Segundo o parlamentar, quando esse serviço foi criado na região e instalado no Hospital Estadual Guilherme Álvaro, em Santos, em 2003, houve um acordo extraoficial entre as prefeituras da Baixada Santista para que elas ajudassem a custear o pagamento dos funcionários do SVO, o que, segundo ele, não ocorreu até hoje.



Na Alesp sempre existiu o debate ideológico, mas nunca com a agressividade que tem ocorrido”

Maria Lúcia Amary (PSDB), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

Fica a dica

Diante da gravidade da situação, Antunes sugeriu que esse tema seja debatido na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), que é presidido pelo prefeito de Peruíbe, Luiz Maurício (PSDB). “As nove cidades precisam ajudar, se quiserem ter acesso a esse importante serviço”, frisou.

Pensando no futuro

Duas novas incubadoras para receber recém-nascidos prematuros da UTI Neonatal foram entregues ao Hospital Maternidade Silvério Fontes, em Santos. Elas foram compradas pela Secretaria Municipal de Saúde com recursos da emenda parlamentar de R\$ 68,2 mil de autoria do vereador Antônio Carlos Banna Joaquim (MDB).

Impeachment na pauta

Após a Câmara de Cubatão ter rejeitado, na última terça-feira, o pedido de impeachment contra Ademário Oliveira (PSDB) protocolado pelo advogado Cícero João da Silva Júnior, ele apresentou uma nova denúncia no mesmo dia para tentar afastar o chefe do Executivo.

Orçamento fictício?

Em uma delas, o jurista apontou que o tucano precisa ser cassado pelo fato de não respeitar o Legislativo, devido ao não cumprimento das emendas impositivas do ano passado indicadas pelos vereadores e por remanejar a execução delas para o exercício seguinte.

Violação constitucional

O advogado também levou ao Ministério Público Estadual denúncia relacionada à inauguração da galeria de imagens de prefeitos da Cidade. Como uma das imagens é de Oliveira, Silva Júnior crê que esse ato configura autopromoção ilícita.



IRANDY RIRAS-13/05/16

E agora?

A vice-presidente da Câmara de Praia Grande, Janaina Ballaris (PT - foto), quer saber quem assumirá a responsabilidade civil e criminal pelo erro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao apontar que os vereadores da Cidade seriam os mais caros de São Paulo.

Mancha eterna

“Uma irresponsabilidade sem tamanho. Por mais que ações sejam feitas para reparar o erro, nossa honra e imagem ficará arranhada para sempre”, desabafou.

Sinal verde

Duas emendas parlamentares, de autoria do deputado estadual Paulo Corrêa Júnior (Patri), foram liberadas para Santos. Uma delas, no valor de R\$ 250 mil, será utilizada para a reforma do Posto 7.

Melhor estrutura

A outra, de R\$ 200 mil, tem como destino os reparos na Unidade Municipal de Ensino (UME) Andradas II, na Aparecida.

Contagem regressiva

O presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris (PSDB), pretende pautar ainda este mês o projeto de lei 1/2019, que permitirá ao Governo do Estado extinguir, fundir ou incorporar várias empresas públicas, como a Dersa.



CIDADES

Projeto impõe regras a patinetes

Vereadora Telma de Souza apresentou proposta que regulamenta utilização em Santos; Prefeitura afirma também estudar legislação

DA REDAÇÃO

Diante da explosão no uso de patinetes em Santos, a vereadora Telma de Souza (PT) apresentou um projeto de lei (PL) que regulamenta a utilização dos microveículos elétricos urbanos no Município. Com o objetivo de disciplinar o uso dos equipamentos, o projeto passará agora pela análise das comissões internas da Casa.

Paralelamente, a Prefeitura informa que a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) prepara a minuta de um projeto - que precisará da análise do Legislativo - também com o objetivo de adequar o Município à nova realidade.

Assim como na Capital e em outras cidades do País, o aluguel de patinetes elétricos ganhou adeptos rapidamente. No entanto, sem normas específicas para o uso dos veículos, as ruas viraram palco de alguns abusos, como patinetes largados no meio das calçadas.

Hoje, o que existe é apenas a Resolução 315 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que apresenta regras gerais de uso. Conforme a norma, por exemplo, é permitido andar na velocidade de até 6 km/h em áreas de circulação de pedestres. Já na velocidade de até 20 km/h, o deslocamento só é permitido nas ciclovias e ciclofaixas.

"Mas localmente existe um vácuo na legislação. Por isso o projeto. Não somos contra essa modernidade, mas é preciso segurança. Tanto que houve uma triste coincidência. Eu estava preparando o PL quando soube que uma amiga tinha sido atropelada por uma patinete", diz Telma.

O QUE PRETENDE

A proposta da parlamentar determina a proibição de parada e depósito indiscriminado em calçadas, vias públicas ou vagas regulamentadas. Por outro lado,

também prevê a utilização de equipamentos de proteção, como capacetes, e uma série de exigências que devem ser cumpridas pelas empresas de aluguel como, por exemplo, definir locais privados de parada.

"O projeto também prevê um seguro para quem utiliza a patinete e para terceiros. É importante também porque o PL não fala apenas de patinetes, mas de microveículos urbanos porque temos que pensar na frente e na segurança da população".

PREFEITURA

Conforme a Prefeitura, atualmente, o que mais tem preocupado é a devolução dos equipamentos. "A utilização da via pública como depósito, sem autorização do órgão de trânsito, é irregular", diz a Administração Municipal.

No entanto, a reportagem flagrou diversas patinetes deixadas nas calçadas. Segundo a Grow, holding responsável pelas empresas Grin e Yellow, que operam o serviço de aluguel de patinetes em Santos, "o pedestre é sempre prioridade, por isso a empresa orienta que os usuários estacionem as patinetes em um dos pontos privados parceiros ou em qualquer local da área de atuação, contanto que tome cuidado para não atrapalhar o fluxo de pedestres".

Segundo a assessoria da Yellow, que tem 100 estações na Cidade, a empresa apoia a regulamentação do uso das patinetes elétricas e está em constante contato com os órgãos competentes para a construção de uma regulação que seja benéfica para a Cidade.



Resolução do Conselho Nacional de Trânsito permite velocidade de 6 km/h em áreas de pedestres e até 20 km/h nas ciclovias e ciclofaixas

PERSONAGEM



Áureo Maluf
PESQUISADOR

Ele acha uma alternativa de transporte interessante, até porque trabalha na área ambiental. "Então, acredito que seja uma ótima opção de locomoção e que não é poluente. A regulamentação deve trazer algo relativo aos equipamentos de segurança. A exigência do capacete é importante, até porque pode acontecer um acidente".



JAIRO SÉRGIO & COLABORADORES

✉ jairo@boqnews.com

📧 @jairosacampos

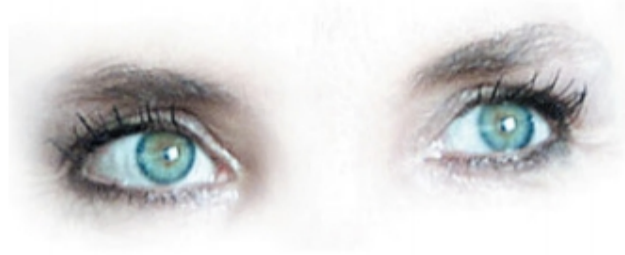
Leia mais em www.boqnews.com/blognews

Incubadoras

O vereador Antonio Carlos Banha (MDB) está eufórico, pois chegaram as duas novas incubadoras estacionárias na maternidade Silvério Fontes, no Hospital da Zona Noroeste. Os equipamentos foram comprados com emenda do parlamentar no valor de R\$ 68.200,00.

Desembarque

De autoria do vereador Augusto Duarte (PSDB), o prefeito Paulo Barbosa assina na terça (14) a lei que possibilita a mulheres, idosos, deficientes e pessoas com dificuldades de locomoção descerem, entre 22h e 5 da manhã, fora dos pontos de ônibus.



CLARA MONFORTE

claramonforte.com.br

claramonforte@jornaldaorla.com.br

Fotos: Leandro Amaral

dose certa

O Instituto de Análises Clínicas de Santos completa 90 anos e para festejar terá um concerto com o pianista Artur Moreira Lima, dia 30 de maio, no Mendes Convention. Além disso, o médico, diretor presidente, Mário Flávio Leme de Paes e Alcântara receberá a Medalha Braz Cubas, em propositura do Vereador Braz Antunes de Mattos Neto.